

# Culturas de participação: jovens e suas percepções e práticas de cidadania<sup>1</sup>

Udi Mandel Butler<sup>2</sup>

Marcelo Princeswal<sup>3</sup>

## Resumo

Este artigo visa analisar a noção de participação infantil e juvenil. Esse fenômeno é analisado através de três perspectivas: as percepções sobre a participação; suas práticas; e finalmente seus efeitos nas vidas de jovens. Este artigo é fruto da pesquisa Culturas de Participação: Jovens e suas percepções e práticas de cidadania.

## Palavras-chave

Culturas de participação; Jovens; Percepções; Cidadania.

## Cultures of participation: young people's perspectives on and experiences of citizenship

## Abstract

This article aims at analyzing child and youth participation through three different perspectives: perceptions on participation; engagement and its effects on the lives of young people. The article is based on the research Cultures of Participation: Young people's perceptions on citizenship.

## Keywords

Cultures of participation; Young people; Perceptions; Citizenship.

## Introdução

Este artigo é fruto da pesquisa intitulada “Culturas de participação: jovens e suas percepções e práticas de cidadania”<sup>4</sup>, onde visamos analisar a noção da ‘participação juvenil’, muito utilizada atualmente em discursos da área social. Buscamos entender este fenômeno através de três perspectivas: as percepções sobre a participação; suas práticas; e finalmente seus efeitos nas vidas de jovens. Nossa reflexão parte das visões de dois atores: o jovem inserido em organizações, grupos e iniciativas da sociedade civil, e o educador ou coordenador adulto que ali se encontra. Pensando a respeito de ‘espaços de participação’, e levando em conta a segregação social na cidade do Rio de Janeiro, procuramos investigar se as formas de participação de jovens em classes sociais diferentes também se estruturam de maneiras distintas. Em conjunto com os jovens e educadores que fizeram parte da pesquisa, refletimos sobre como políticas públicas e metodologias de projetos sociais podem catalisar espaços mais democráticos e atraentes para a participação juvenil, como também reconhecer os espaços menos formais em que a juventude atua.

Esses debates têm acontecido pelo mundo todo. Em países do ‘Norte’, como o Reino Unido e os Estados Unidos, entre muitos outros, as questões sobre a participação de crianças e jovens estão voltadas para os conceitos de participação cívica, e a participação em espaços políticos ‘formais’ como em grêmios estudantis, em conselhos municipais, entre outros (COLES, 1995; FLEKKOY e KAUFMAN, 1997; UNICEF, 2003). Em países do ‘Sul’ o tema do desenvolvimento socioeconômico<sup>5</sup> tem sido praticado por agências multilaterais como a ONU, o Banco Mundial, por órgãos governamentais e não-governamentais. Tais instâncias têm igualmente focalizado o tema da participação infantil e juvenil. Nessa perspectiva, a participação relaciona-se com o envolvimento de populações e comunidades receptoras de projetos e recursos, em seus processos de planejamento e implementação. Seguindo este movimento reclamando a participação de crianças e jovens em vários setores da sociedade, também tem surgido uma série de críticas a respeito do uso e abuso dos conceitos de ‘participação’ e de ‘empoderamento’, especialmente no campo e na indústria do desenvolvimento social. Buscamos aqui o engajamento nesse debate de forma crítica, analisando mais precisamente como tais conceitos são entendidos e praticados ‘no campo’ (COOKE, KOTHARI *et al*, 2004; RAHNEMA, 1992).

Nossa pesquisa abordou essas questões de forma qualitativa, buscando compreender as “culturas de participação” de jovens e suas inserções na esfera pública<sup>6</sup> na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, examinamos alguns tipos de coletividades em que os jovens de hoje participam: organizações comunitárias, grupos culturais e movimentos sociais.

Neste sentido, nosso primeiro desafio foi definir o conceito de ‘participação’. Existem certas formas de participação que são valorizadas, como por exemplo, a participação em um partido político ou um projeto de uma ONG. Já outras formas são negligenciadas ou não consideradas como participação, por exemplo, os grupos de Hip Hop. Pode-se perguntar porquê o conceito de participação tem crescido em importância nas duas últimas décadas, tanto no que se refere ao discurso do desenvolvimento social (encontrado em agências multilaterais e em múltiplos órgãos), quanto na esfera governamental, como também nas ciências políticas, sociais e nas práticas de políticas públicas. Será que os conceitos sobre participação são insuficientemente elaborados?

Nos últimos anos, podemos notar em todo o mundo, um crescente interesse por pesquisas e programas sociais - tanto implementados pelos Estados quanto pelo setor não-governamental - sobre a participação de crianças e jovens na esfera pública (FLEKKOY e KAUFMAN, 1997; UNICEF, 2003). Um importante marco nesse processo foi a Convenção dos Direitos da Criança de 1989, seguida por várias iniciativas pautadas no discurso do direito, em diversas áreas de atuação: combate ao trabalho infantil, violência intra-familiar, meninos e meninas em situação de rua, entre muitos outros. A Convenção dos Direitos da Criança ratificada por quase todos os países - com exceção da Somália e dos Estados Unidos - possui algumas cláusulas que versam, especificamente, sobre o direito da criança e do adolescente em serem consultados sobre os assuntos que lhes dizem respeito.

Paralelamente as mudanças de discursos/práticas que visam a inclusão participativa de crianças e jovens na sociedade, também acreditamos que as formas tradicionais de participação política, especialmente, na atual geração de jovens estão se transformando significativamente. Para muitos, essa transformação é marcada pela aparente apatia dos jovens de hoje a respeito da política e da participação coletiva por mudanças sociais. Será que tal visão está correta?

Para alguns estudiosos (NOVAES e VITAL, 2006; BALARDINI, 2005; PAIS, 2000; ABRAMO, 2005) a questão é mais complexa, pois os jovens de hoje estão envolvidos em outros espaços de participação, diferentes dos modos mais tradicionais de engajamento político. Do mesmo modo, comentam que as organizações e as temáticas abordadas são distintas das gerações anteriores. Essas mudanças e as transformações no campo das subjetividades da nova geração de jovens - uma população que, historicamente, sempre teve uma atuação marcante nas lutas de seus tempos - serão o foco desse artigo.

## Metodologia da pesquisa

Essa pesquisa foi realizada no Rio de Janeiro, conhecido mundialmente pela sua riqueza e beleza natural, mas também pela sua desigualdade social. O Rio foi escolhido justamente por causa deste contexto de ‘cidade partida’<sup>7</sup> o que possibilita investigar se a compreensão política e a participação de jovens são afetadas de formas distintas, devidos a estes se encontrarem em diferentes “espaços” da cidade, em categorias diferenciadas de classe.

Não obstante a desigualdade que a caracteriza, a cidade do Rio possui uma sociedade civil ativa, com organizações não-governamentais e comunitárias que visam combater a pobreza, a discriminação e a violência urbana e cujas práticas ganharam reconhecimento. Muitas iniciativas são reconhecidas não só nacionalmente, mas internacionalmente, e algumas são representadas nessa pesquisa.

Inicialmente, nossa equipe identificou uma gama de iniciativas das quais entramos em contato com 20 organizações, selecionando 14 movimentos sociais, projetos e organizações não governamentais que trabalham com jovens em uma perspectiva de justiça social, cidadania e/ou acesso a oportunidades culturais. Nossa proposta era ter um leque de instituições, iniciativas e movimentos que representassem a variedade das organizações das quais os jovens participassem.

Em uma segunda etapa, foram realizados nove grupos focais totalizando 59 jovens, predominantemente na faixa etária entre 16 a 24 anos, participantes dos projetos, de movimentos sociais, ou outros “espaços de participação”, como aqui denominamos. Buscamos sempre uma representatividade em termos de gênero, etnias e classes sociais diferenciadas.

Durante as duas fases descritas acima, participaram de nossa pesquisa aproximadamente 100 colaboradores, entre coordenadores, público-alvo das iniciativas (os jovens) e alguns pesquisadores da área. Nosso objetivo consistiu em entender melhor como de fato se dá a participação de jovens em projetos específicos, e também o significado, a importância e o impacto de tal participação para eles. Além da participação em ‘projetos’ também buscamos entender em que os jovens participam mais amplamente e o que eles consideram como tal. Nessa etapa buscamos problematizar uma compreensão demasiadamente institucionalizada da participação, muitas vezes encontrada em discursos dos projetos sociais voltados para juventude, a fim de pensarmos em quais outros espaços podemos encontrar a participação.

## O contexto da participação

Conceitos como ‘participação’ e ‘empoderamento’ estão em voga nos dias atuais e são utilizados por inúmeros projetos, iniciativas, organizações locais, não-governamentais,

agências multilaterais ou governamentais que os empregam nas mais diversas situações. Como toda moda, existe a tendência ao esvaziamento do significado das palavras que passam a ser utilizadas na descrição de qualquer tipo de ação, tornando-se nebulosas.

A adoção dos dois termos tende a servir como um selo de garantia de aprovação na captação de recursos de financiadores e órgãos que por sua vez também podem não ter necessariamente uma precisa definição ou compreensão de tais conceitos.

Heiko e Roderick (2004) observam que termos como ‘participação’ e ‘empoderamento’ tornaram-se comuns no campo do desenvolvimento social, a partir da década de 80, formando uma nova ortodoxia que se opõe a velhas ideias de planejamento centralizado e hierárquico. Cleaver (2004) relata que essas noções perderam seus significados originais mais radicais relacionados com o engajamento crítico na sociedade, com a problematização de situações sociais e relações de poder, com categorias de classe. Hoje, para várias organizações nacionais e internacionais, tais conceitos tornaram-se parte de processos de gerenciamento de projeto, técnicas para solução de problemas ou aumento da eficiência. Como argumenta este último autor, termos como o ‘empoderamento’ são usados, muitas vezes, sem esclarecer quem será empoderado, como isso acontecerá e para qual propósito.

Essas inquietações tornaram-se pontos de partida para a nossa pesquisa, bem como a necessidade de conhecer discursos e práticas que agreguem a juventude, em uma sociedade cada vez mais individualista e imediatista. Parece-nos que os problemas que presenciamos nos dias de hoje – políticos, econômicos, sociais, ambientais entre outros – só serão resolvidos através de múltiplas formas de ações coletivas.

Juan Bordenave, escritor paraguaio influenciado por Paulo Freire, tem nos ajudado a clarificar o conceito da ‘participação’. Bordenave (1995) analisa as diferentes formas de participação na sociedade bem como sua qualidade ou os graus em que ela se manifesta. Em relação à forma, o autor distingue a micro e a macro participação, identificando vários níveis ou espaços: um nível primário relacionado a família, amigos, vizinhança; um secundário, relacionado as associações profissionais ou de moradores, sindicatos, empresas; e um nível terciário, onde se encontram os partidos políticos, movimentos de classe, dentro outros.

Citando A. Meister, Bordenave considera a microparticipação como a “associação voluntária de duas ou mais pessoas numa atividade comum na qual elas não pretendem unicamente tirar benefícios pessoais e imediatos” (BORDENAVE, 2004, p. 25). Já a macroparticipação é definida como “a intervenção de pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade, quer dizer, na história da sociedade” (BORDENAVE, 2004, p. 25).

Neste sentido, o autor aponta para uma participação mais restrita e de alcance mais imediato, em contraposição a uma participação que vise a transformação social ou identificação de causas mais amplas que digam respeito às lutas sociais, econômicas e políticas. Essa última é designada como participação social não sendo apenas a soma de várias participações em associações, mas algo qualitativamente diferente. A macroparticipação atua no que é o mais básico da sociedade: a produção dos bens materiais e culturais, assim como na administração desses e seu usufruto.

A definição de Bordenave baseia-se nas análises do materialismo histórico, na superestrutura e infra-estrutura, ou seja, em nosso interesse, na micro e macroparticipação. Por trás dessa visão também se encontra uma ideia sobre o que é fazer política, que enfatiza as organizações tradicionais, como os partidos, os sindicatos e as associações de moradores. Em termos da socialização de crianças e jovens nesses processos deliberativos, a proposta é que se insiram cada vez mais nas instituições formais (grêmios estudantis, união de estudantes, sindicatos, etc.) onde se tornarão cidadãos capazes de navegar nas águas políticas de sua sociedade. Esta concepção sobre a política foi criticada por vários autores como Foucault (1991), Guattari e Rolnik (2005), Laclau e Mouffe (1985) entre outros, que situam a micropolítica como intrinsecamente relacionada à transformação social - o que nos parece diferente das análises de Bordenave, que rompem com as ideias das estruturas marxistas.

Para esses autores, não há transformação que não atinja conjuntamente as estruturas de poder que Bordenave (1995) classifica como restritas e imediatas (família, vizinhança, etc.). As críticas ao estruturalismo marxista estão presentes em novas formas de movimentação política que vêm a ser conhecidas como os “Novos Movimentos Sociais”. A luta política não se trata necessariamente de uma luta de classe, mas de uma luta de grupos específicos como, por exemplo, os negros, as mulheres, os homossexuais, que reivindicam sua identidade e seus direitos.

Uma forte vertente desses movimentos, que contraria a análise de Bordenave, é bem encapsulada no dizer feminista: “o pessoal é político”. Esta discussão a respeito de formas de entender sobre o que é a política torna-se importante nesta pesquisa, na medida em que contribui para uma compreensão das novas formas e espaços de participação dos jovens.

Assim acreditamos que as dinâmicas da participação são sempre produções históricas que dependem das normas de sociabilidade, de formas de organização social, de inovações tecnológicas, e dos específicos contextos culturais que incluem valores e ideais, crenças, símbolos e rituais.

## **A participação de acordo com os jovens**

Como dissemos na introdução, nos últimos anos, percebemos uma mudança nos discursos e práticas que visam a inclusão participativa de crianças e jovens na esfera pública e no processo de desenvolvimento social. Ao mesmo tempo, ocorrem transformações significativas na participação dos jovens em relação às formas tradicionais de organização política. Para muitos pesquisadores e no senso comum, essa transformação é entendida como uma apatia da juventude de hoje em relação à política e a participação coletiva para mudanças sociais.

Os jovens de hoje, de acordo com essa perspectiva, são considerados: consumistas (passivos diante da sociedade do consumo), individualistas (envolvidos em projetos individuais e não solidários), conservadores (e não progressistas), alienados (e não engajados), e apáticos (e não participativos) (NOVAES, 2006). Será tal visão correta? É justo comparar gerações historicamente distintas? Qual a base para tal comparação? Qual é a concepção de política usada como pano de fundo para essa generalização?

Como muitos pesquisadores têm apontado os jovens de hoje estão envolvidos em diferentes espaços de participação, distintos das formas mais tradicionais de engajamento político. Além disso, atuam através de formas de organização diferentes, enfrentando outras temáticas em comparação às gerações passadas (NOVAES, 2006; BALARDINI, 2005; PAIS, 2000; ABRAMO, 2005). O desenvolvimento de tecnologias de comunicação e informação como, por exemplo, a Internet, criou novos espaços e oportunidades para a participação. Crescem, a cada dia, o número de usuários, os serviços disponíveis e as possibilidades de troca. Esse processo provoca uma mudança profunda na comunicação e na circulação de informações, destacando-se, por exemplo, a nova “febre” entre os jovens conhecida como Orkut. Temos visto que este site de relacionamento oferece a possibilidade do internauta em associar-se a comunidades com temas de seu interesse e de engajar-se, muitas vezes, em debates e ações iniciadas on-line.

Traçando esse percurso entre a participação juvenil que denominamos como ‘formal’ (militância política mais tradicional, movimento estudantil, setores jovens de partidos políticos), e as novas formas de participação centradas na sociedade civil (e especialmente nas organizações não-governamentais), podemos vislumbrar, a seguir, algumas vertentes importantes que podem explicar tal diferenciação.

Sergio Balardini (2005) contextualiza historicamente os grandes acontecimentos das décadas de 1960 e 70 que produziram mudanças expressivas na participação política do jovem em todo o mundo, inclusive no Brasil. Nessas décadas notamos uma forte radica-

lização política e ideológica que abalou o mundo todo, polarizada entre: o socialismo e o capitalismo, e os processos de descolonização e liberação nacional acontecendo em diversos países, como por exemplo, Argélia, Cuba, Vietnã e Moçambique (BALARDINI, 2005).

Essa radicalização política, apontada por Balardini se fez presente em vários outros contextos da luta contra o autoritarismo e a injustiça: dentro da família, na escola, no trabalho e na vida política em geral. Os eventos de 1968, principalmente, na França e nos Estados Unidos, com repercussões em outros países, tornaram-se um marco simbólico da efervescência jovem para uma transformação social radical.

O autor argumenta que as décadas de 1960 e 70 foram os anos em que a ideia de mudar o mundo era constitutiva de um jovem, como ele relata: “Tínhamos certeza de que tudo era possível” (BALARDINI, 2005, p. 100). Essa perspectiva sofre uma mudança radical a partir dos anos 1980 e 90, pois a política como lugar de transformação do mundo passa a ser subvertida pela economia e transformada em pura técnica e administração. As relações sociais, como a da desigualdade e pobreza, se agravam. Dessa forma, Balardini refere-se aos tempos atuais onde a sociedade e a cultura comemoram o imediato, no que ele chama de uma cultura narcisista.

Quando nos referimos mais especificamente às mudanças na participação do jovem no Brasil, torna-se necessário problematizar agora quais foram as mudanças no cenário político, econômico, social, cultural e consequentemente subjetivo que afetaram as maneiras e os espaços de participação. Analisá-las sobre a perspectiva histórica permite-nos evidenciar quais são as forças produtoras dessas mudanças e as novas formas de organização postas em movimento, em especial, a partir dos anos 1970.

Ao partimos do pressuposto deque a participação “formal” está diretamente - mas não exclusivamente - relacionada com o grau de democracia vivenciado no país, podemos apontar que, historicamente no Brasil, diversas foram as formas instituídas para coibir a participação da população. Dessa maneira, nossa investigação sobre o tema nos levou a questionar como foi construída historicamente a participação dos jovens e da população como um todo, em um país marcado por séculos de escravidão e de sucessivos golpes centrados no autoritarismo do Estado.

Desde a chegada dos portugueses toda e qualquer forma de mobilização/contestação que fosse considerada contrária às normas da Metrópole era duramente combatida, seja no campo político, religioso, entre outros. A luta pela liberdade, como nos casos do Quilombo dos Palmares, da Inconfidência Mineira e da Baiana, apenas para citar algumas, foram fortemente reprimidas a fim de se manter as formas de dominação estabelecidas<sup>8</sup>.

Em 1937, nasce um dos principais atores que catalisará a participação da juventude em um espaço instituído no cenário político brasileiro: a União Nacional dos Estudantes - UNE. Nota-se que a participação de jovens sempre esteve presente em momentos anteriores<sup>9</sup> como nas lutas pela abolição e proclamação da República; na Federação de Estudantes Brasileiros, fundada em 1910, e no I Congresso da Juventude Operária Estudantil, em 1934. As reivindicações, porém tinham um caráter pontual e não classista. Mais especificamente a partir de seu 2º Congresso, a UNE

adquiriu uma conotação política com pauta social voltada para as questões nacionais, como a luta contra o analfabetismo, a implantação de siderurgias, a crítica ao colonialismo, o antiimperialismo, ou o próprio trabalho no sentido da consolidação da entidade (SOUZA 1999, p. 33).

No espaço entre as duas ditaduras (1945 a 1964), percebe-se o direcionamento político assumido pela UNE nos discursos e práticas para as questões relacionadas às transformações estruturais da sociedade. Somando esforços com outros atores sociais<sup>10</sup>, o Movimento Estudantil instituiu-se como uma das principais categorias de mobilização e reivindicação das Reformas de Bases e que, vindo a desempenhar na década de 1960 um importante papel no cenário político e cultural brasileiro. Toda a efervescência desses anos no Brasil relacionava-se com os movimentos vividos em outros países, tanto latino-americanos como europeus, que mesmo mantendo certas similitudes distinguiam-se em suas raízes.

Outro aspecto presente na atuação do jovem na década de 1960 referia-se aos questionamentos aos valores burgueses que marcavam as formas de experimentar o mundo. Lutar pela liberdade sexual ou contra o autoritarismo patriarcal, por exemplo, significava criar novos sentidos para a existência, diferentes daqueles edificados, até então, pela modernidade. Porém, alguns autores apontam que este canal de participação juvenil promovido pelo movimento estudantil assumia, muitas vezes, uma estrutura rígida, em moldes quase partidários e que pouco possibilitava formas de atuar diferentes desta lógica. Muitos jovens integrantes do movimento estudantil dessa época eram militantes de partidos de esquerda, em especial o Partido Comunista.

O golpe militar, em 1964, reprimiu duramente a participação dos vários grupos que reivindicavam as transformações estruturais da sociedade, empurrando suas ações à clandestinidade. Neste cenário, sob o uso da violência, a ditadura promoveu uma verdadeira caçada às lideranças da UNE e a todos aqueles que ousassem desafiar seu autoritarismo. Além disso, atrelou os sindicatos ao Estado e reprimiu os

vários movimentos de contestação, como as ligas Camponesas. Segundo Reis Filho (1988) logo após o golpe, partidários a favor do regime militar atearam fogo ao prédio da UNE no Rio de Janeiro.

O AI-5<sup>11</sup>, decretado em 1968, pela Doutrina de Segurança Nacional intensificou a repressão aos opositores da ditadura acarretando a perseguição, prisão e morte de muitos militantes. Entre seus efeitos o AI-5 levou a extinção da UNE, em 1973. As ações desencadeadas pelo Estado nos 21 anos de governo militar produziram a despolitização, o medo e a tentativa do silenciamento.

Contudo, mesmo com a situação agravando-se, consideravelmente, no país, em razão do modelo econômico dependente e do forte aparato repressor, constatou-se a necessidade de se criar outros dispositivos de participação. Segundo Sader, apesar dos longos anos de repressão, durante a ditadura, houve a reorganização da esquerda nacional na criação do Partido dos Trabalhadores, da CUT e do MST (SADER, 2004, p. 81).

Um importante personagem na luta contra o regime militar foi a Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e sob os pressupostos da Teologia da Libertação. Buscando organizar trabalhadores no campo e nas cidades, ganhou extensão nacional na década de 1970. A relevância das CEB's neste período histórico pode ser destacado na luta contra:

[...] a expropriação da terra e a exploração do trabalho. Migrantes e oprimidos, os membros das comunidades, se outrora buscavam na religião um sedativo para os sofrimentos, encontram agora um espaço de discernimento crítico frente a ideologia dominante e de organização popular capaz de resistir a opressão. A própria conjuntura nacional ajudou a reforçar as Comunidades Eclesiais de Base. Ao suprimir os canais de participação popular, o regime militar fez com que esse mesmo povo buscasse um novo espaço para se organizar. Esse espaço foi encontrado na igreja (...)  
(BETTO *apud* FERNANDES, 1999).

Neste sentido, as CEB's representaram um espaço democrático de aproximação e de reflexão dos trabalhadores, reconhecendo-os como sujeitos da história e politizando-os em busca da reflexão sobre suas condições de vida, e como e porque estas são geradas e mantidas. Além disso, era possível criar coletivamente estratégias de enfrentamento aos desafios impostos pelo regime militar, bem como pela elite dominante. Com isso, pode-se afirmar que uma das maiores realizações das CEB's consiste em terem reaproximado as massas

da urgência de se organizar e lutar por mudanças, além de agregar lideranças que atuavam em diferentes esferas políticas, mas isoladamente.

É notável a influência das CEB's na formação das primeiras ONGs, no Brasil, que durante a época da ditadura militar trabalhavam com populações excluídas. Destacamos dentre as diversas frentes de ações das ONGs, nesse período, os trabalhos com os chamados 'menores'. Nessa época o campo de proteção à infância e a adolescência é marcado por lutas e acordos entre diversos agentes sociais e suas instituições. Na década de 1980, como descreve Alvim, este campo é caracterizado pela exigência de uma nova lei que "olhasse" para as crianças e adolescentes (os ditos menores) como sujeitos de direito, diferentemente do Código de Menores, com suas ações repressivas (ALVIM, 2002).

Além das CEB's, ainda na década de 1970, diversos autores localizam a emergência de novas formas e espaços de participação, diferentes dos existentes nas décadas anteriores: os Novos Movimentos Sociais - NMS. Estes teóricos sinalizam como ponto principal que os diferencia é o enfraquecimento da noção de lutas de classe, proposta pelo materialismo histórico, o que norteava a prática dos espaços tradicionais de ação política. Os NMS promoveram e promovem uma nova compreensão na relação entre sociedade civil e Estado.

Sob o rótulo de "Novos Movimentos Sociais" abarca-se uma série de pautas diferenciadas que não compõem uma unidade, mas que mantêm certas relações. Desse modo, fala-se sobre um conjunto de ações desde o movimento feminista e pela diversidade sexual aos grupos em prol da preservação ecológica, pacifistas, minorias étnicas, desempregados, entre outros tantos.

A composição destes novos movimentos sociais contribuiu para a reinvenção das formas de intervir na realidade, ou melhor, de se fazer política. As lutas desencadeadas pelos NMS incidem, principalmente, sobre a noção de "autonomia" em detrimento da noção de "hegemonia", e contrapõem a noção de sujeitos de direito a noção de classes.

Para muitos autores, essas mudanças no campo político e ideológico, não só no Brasil, mas em vários outros países, são especialmente marcantes a partir do fim da Guerra Fria. Para alguns pensadores que categorizam o presente período histórico como a pós-modernidade, um dos sintomas dessa época seria o que Jean François Lyotard (1984) chama de uma descrença em projetos utópicos, ou metanarrativas – isto é, grandes histórias ou projetos ideológicos que se colocam como únicos detentores da verdade que, ao invés de serem seguidos, são tratados com ironia, como vestígios de uma outra era.

Iniciativas recentes como o Fórum Social Mundial (a partir do ano 2000), os protestos contra uma globalização a favor do capital, e outros eventos e mobilizações, parecem contrariar essa afirmativa e apontam para formas de participação e de engajamento político mais adaptadas à conjuntura complexa dos tempos atuais. Mesmo sem enterrar de vez a utopia, podemos notar a hegemonia de um sistema global do capitalismo avançado que traz profundas mudanças na vida de pessoas por todo mundo. Mais especificamente, no que diz respeito a essa pesquisa e a participação de jovens na esfera pública, focalizamos em três aspectos importantes:

- a) a emergência de novos a(u)tores da participação juvenil através de novas formas de participação que denominamos cultura D.I.Y. (*do it yourself* – faça você mesmo);
- b) uma nova cultura de trabalhidade;
- c) uma horizontalidade nas formas de participação (isto é uma tendência a congregação não-hierárquica e cara a cara) e uma ênfase na política do dia-a-dia.

### **Novos a(u)tores da participação juvenil e a cultura D.I.Y.**

Categorizados como apáticos e não engajados, os jovens de hoje são comparados com um importante segmento juvenil que ganhou notoriedade nos anos 1960 e 1970, mas que não eram, numericamente, a maioria dos jovens da época. Como escreve Novaes: “Compara-se, assim, uma minoria do passado com todos os jovens do presente” (NOVAES 2006, p. 117). A aparente apatia dos jovens e sua falta de participação normalmente estão ligadas a uma compreensão bem restrita do termo “político”. Enfatiza-se a visão negativa do jovem a respeito da política e sua baixa inserção em mecanismos institucionais, como organizações políticas tradicionais ou o próprio processo eleitoral.

Entretanto, como aponta Novaes (2006), raramente as respostas dos jovens são comparadas as de outras faixas etárias, pois a baixa participação e a descrença na política e nos representantes políticos afetam todas as faixas da população. A autora, como outros pesquisadores, acredita na existência de um desencanto geral e uma certa desilusão com o restabelecimento das democracias na América Latina que falharam em cumprir suas promessas de superar os problemas sociais, o clientelismo e a corrupção, ou de consolidar formas de participação popular<sup>12</sup>.

Algumas pesquisas mostram que, para certos segmentos juvenis, a desqualificação da política e dos políticos vem acompanhada de uma reapropriação da ideia de “cidadania”, para onde são transferidos certos atributos próprios do campo político, tais como: ação, conscientização, direitos, valorização dos espaços coletivos, resolução dos problemas etc. Em variados grupos de jovens que hoje buscam a inclusão social podemos observar uma peculiar interseção entre o discurso da “cidadania” e as expressões do sentimento de solidariedade. Essa combinação tem se traduzido em disposições éticas e ações concretas em diferentes espaços (não necessariamente classificados como políticos) dos quais participam (NOVAES 2006, p. 118).

Um outro dado importante para compreender a participação juvenil é a mudança do perfil dos jovens desde as décadas dos anos 1960. Hoje, Abramo (2005), Novaes (2006) e outros descrevem a face social dos jovens que se mobilizam como muito mais diversificada, diferente do passado, quando a mobilização se encontrava concentrada entre os jovens estudantes de classe média<sup>13</sup>.

Esses grupos tendem a se articular em espaços geograficamente mais amplos para realizar intercâmbios artísticos, culturais e de experiências de ação social, para participar de articulações e mobilizações ligadas às suas áreas de atuação, para participar de campanhas e mobilizações relacionadas a interesses mais amplos da cidadania (NOVAES 2006, p.118).

Dessa maneira, torna-se fundamental entender os grupos que não se organizam de acordo com os moldes políticos tradicionais e evitar rejeitá-los como “meramente” artísticos, místicos ou assistencialistas. Antes, devemos “conhecer suas formas de atuação no espaço público e atentar para seus efeitos políticos em configurações marcadas pela exclusão e pela violência” (NOVAES 2006, p. 118). Esse aspecto aqui é o que chamamos de formas de participação informal.

É precisamente nessa época, entre o final da década 80 e início dos anos 90, que a juventude da periferia é “descoberta” pela universidade, ONGs, e Estado. Este processo se deu através dos próprios grupos de jovens – de rap, funk, grupos de música, grafite, dançarinos, de teatro, religiosos – que apresentavam novas formas de intervenção na esfera pública.

Acreditamos que uma dinâmica importante para o surgimento desses novos autores é a cultura Do It Yourself (D.I.Y.) – ou faça você mesmo. O D.I.Y. é um processo criador de culturas jovens que parte do princípio de que eles também podem

fazer, criar, conquistar seu espaço, sua autonomia. Tais efervescências contraculturais da juventude podem ser vistas no decorrer do século XX, em movimentos culturais como os beats, os hippies, os punks, e agora, no caso do Brasil, manifesta-se mais explicitamente na cultura Hip Hop.

Stephen Duncombe, editor do *Cultural Resistance Reader* (2002), relata sua própria trajetória como ativista iniciada em sua juventude a partir de seu encontro com o movimento contracultura. Em seu caso, o encontro com a música punk ensinou-lhe sua primeira lição política: a importância da comunidade.

Sozinho, eu possuía meus problemas: Eu era alienado, Eu era entediado. Eu era muito insensível a injustiça. Mas, como um punk eu encontrei outros que também tinham esses problemas, e como todos nós parecíamos dividi-los, nós raciocinamos que os problemas devem ser não só nossos, mas da sociedade (DUNCOMBE 2002,p.4).

Aprendendo a solidariedade e o apoio mútuo Duncombe também descobriu seu poder de criar:

Como a maioria das pessoas que cresceram em uma sociedade e economia liberal, eu estava acostumado com uma política, produção e entretenimento que eram criados e produzidos por outros para mim, minhas ações próprias se limitando a gastar um dólar e dar meu voto. Punk me ensinou a D.I.Y.: Do-it-yourself. A noção que eu podia criar minha própria cultura – do-it-myself – foi para mim revolucionário, pois ela carregava a promessa que eu também poderia criar minha própria política e meu próprio mundo (DUNCOMBE, 2002, p. 4).

A resistência cultural para Duncombe pode ser entendida de diferentes maneiras:

- 1) Como um espaço livre para desenvolver os ideais e colocá-los em prática, fora das restrições da cultura dominante e como um lugar para construir comunidade e solidariedade.
- 2) Como um degrau para o ativismo político – onde habilidades, ideais, autoconfiança e redes são adquiridas.
- 3) Como uma resistência política em si —re-escrevendo o discurso cultural com formas, ideias e práticas diferentes— como um ato de resistência em si.

4) Como um escape da política, liberando o descontentamento que poderia ter sido canalizado de outra maneira dentro da política.

5) A resistência cultural não pode existir – pois qualquer expressão cultural é rapidamente apropriada para o “status quo”.

Outras observações de Duncombe sobre como a cultura manifesta sua política são úteis para o nosso estudo nas próximas páginas. A cultura expressa sua política através de:

1) Seu conteúdo – as letras do Hip Hop, do samba, o tema do filme, da foto ou da peça de teatro, por exemplo.

2) Sua forma – através de uma linguagem acessível e rimada no caso do rap ao invés de ser escrita em uma página ou discursada de um palanque; uma peça aberta do Teatro do Oprimido em vez de uma peça produzida em Teatro com ingressos a preços caros.

3) Sua interpretação – o jeito como diferentes formas culturais são apropriadas podem ser aspectos de uma resistência, por exemplo, o estilo de usar a calça jeans larga, sem cinto mostrando a cueca, originária da forma de vestir de presos dos EUA, pois não podiam usar cintos nas cadeias.

4) Em sua atividade – a cultura é produzida de diferentes maneiras – uma rave<sup>14</sup> ilegal é diferente de uma festa produzida com o apoio de corporações; a maneira de encenar uma peça de acordo com a metodologia de trabalho do Teatro do Oprimido é diferente de uma companhia de teatro convencional.

Um precursor da teorização da resistência cultural foi Walter Benjamin que em ‘O autor como produtor’ argumentava que o conteúdo da cultura não é o fundamental, pois a resistência cultural de hoje é o produto comercial de amanhã. Em seu lugar, o que é mais importante em termos políticos são as condições de produção cultural.

Ao mesmo tempo em que essa efervescência cultural passou a ser reconhecida pela academia e pelo Estado, o mesmo aconteceu com o dito Terceiro Setor. Para Alvim, os projetos deste último, baseados na pedagogia “libertadora” de Paulo Freire que utiliza a arte e cultura passam a ser direcionados não apenas à infância pobre, mas para o público jovem (ALVIM, 2002, p. 49).

Os dois “rios”: 1) a dinâmica cultural D.I.Y. dentro do universo jovem em várias partes do mundo; 2) o uso da cultura como matéria bruta para a reflexão e práxis partindo de uma pedagogia freireana na história da sociedade civil brasileira, se en-

contram no tempo presente no campo da participação juvenil. A confluência desses dois rios com as condições produzidas pela atual fase de um capitalismo global, avançando, catalisa as formas específicas de participação de jovens dos nossos tempos.

Outro importante fator a ser levado em consideração para analisarmos a participação da juventude nos dias atuais consiste no impacto das novas configurações no mundo do trabalho.

### **A nova cultura da ‘trabalhidade’**

Primeiramente, como aponta Regina Novaes (2006) diante da globalização dos mercados, há um redesenho do mundo do trabalho e a construção de uma “nova cultura da trabalhidade”. Com a crescente insegurança em relação ao ingresso no mundo do trabalho, jovens de todas as classes sociais adotam maneiras diferentes de enfrentar esse desafio de acordo com os recursos disponíveis (NOVAES e MELLO, 2002). Ao compararmos os dados da PNAD entre os anos de 1993 e 2003, observamos uma significativa redução dos jovens inseridos no mercado de trabalho na região metropolitana do Rio de Janeiro<sup>15</sup> (47%, em 1993, e apenas 38% em 2003). Os sinais desse fenômeno podem manifestar-se, por exemplo, em mais tempo gasto em atividades que venham a possibilitar maiores chances de empregabilidade – cursos de idioma, informática, estágios, maior preocupação com o vestibular e o ingresso em uma boa faculdade. Já os jovens de baixa renda, em muitos casos, vislumbram como alternativa o ingresso em programas e projetos governamentais e não-governamentais que lhes ofereçam oportunidades para a sua iniciação a vida produtiva. Desse modo, o foco das ações para esses jovens incentiva-os: “por meio do auto-emprego, da abertura de micro e pequenos negócios, do trabalho cooperativo e associativo, da atuação remunerada em organizações do terceiro setor” (NOVAES, 2006, p. 124).

Outro fenômeno recente no campo do voluntarismo e do engajamento na esfera pública é o que podemos chamar de “ativista de currículo”. Esse ativista se encontra em vários países onde há nova cultura da trabalhidade, onde o mercado de trabalho se torna cada vez mais exigente, a procura de novos talentos e experiências de seus empregados. O ativista de currículo é aquele que não tem necessariamente um compromisso afetivo com sua causa, mas atua em campanhas, ONGs, etc. a fim de aumentar suas chances de inserção no mercado de trabalho, o que pode se dar na área social ou não<sup>16</sup>.

O que parece ser significativo nas questões levantadas acima para o tema de nossa pesquisa é a hipótese de que a preocupação atual com a entrada no mundo

do trabalho e, conseqüentemente, a competitividade acirrada e o individualismo, venham a consumir energias que no passado mobilizariam a juventude para a participação social. Como veremos a seguir, a questão da participação não pode ser afastada das condições materiais e dos recursos que possibilitam a mobilização para causas e iniciativas.

### **Participação horizontal e a política do dia a dia**

Balardini (2005) sinaliza para a tendência atual da participação juvenil como “a priorização da ação imediata” que, embora não abra mão de soluções em longo prazo, se sustenta na construção, no presente, de uma nova sociedade através de uma ética de ações diferentes. Isso acontece também pela desconfiança em ser representado por um outro (pelo partido, pelo político), e como anuncia Balardini, expressando o ponto de vista do jovem contemporâneo, “mudar o mundo” começa agora, então ele muda o mundo mais próximo (BALARDINI, 2005).

Outra marca da participação juvenil atual diz a respeito à sua localização dentro de uma organização, visto que o jovem valoriza a dimensão de indivíduo como algo fundamental e não está disposto a perder sua individualidade, como nos demonstraram os entrevistados. Isso o faz participar de organizações com outras características, muitas vezes, com um baixo grau de institucionalização. Este aspecto parece como um forte marco da juventude; um aspecto antiautoritário e contra formas de organização demasiadamente rígidas.

O autor caracteriza a participação juvenil atual como aquela que dá ênfase a horizontalidade nos processos de planejamento e coordenação, como por exemplo, em grupos de trabalho, redes, etc. Dessa forma, os jovens buscam o respeito à autonomia e demonstram um receio a verticalização e ao centralismo.

Isto nos foi relatado durante a pesquisa: embora a participação de jovens em formas de organizações políticas mais tradicionais – como o movimento universitário ou secundarista – esteja em declínio, a juventude continua se mobilizando através de passeatas para defender seus direitos:

E se você conseguir mudar o seu olhar em relação ao que é participação dos jovens você percebe que a juventude, ela participa. Ela é participativa e ela se posiciona politicamente dentro da realidade dela. Hoje não tem mais aquela marcação mais rigorosa, esquerda, direita, e tal, mas ela se posiciona politicamente (...) Se o governo ameaça alguma coisa que é de direito seu ela se posiciona, então é isso... O cara se interessa muito mais de repente passear numa passeata pra se posicionar em

relação a alguma coisa que está colocada diante dele, do que ir para um congresso, ficar dois dias lá ouvindo aquele cara chato. Ele até quer discutir a passeata, mas uma coisa mais objetiva, mais real, concreta, e não essas coisas retóricas de congresso. (COORDENADORIA DA JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE NITERÓI)

Essas tendências, ao mesmo tempo apontam para uma mudança de formas mais “tradicionais” de uma política de classe para uma política do dia-a-dia.

## Conclusão

Recentemente muitas pesquisas e elaborações teóricas começaram a focar na participação dos jovens (NOVAES, 2006; BALARDINI, 2005; ABRAMO, 2005; RAJANI, 2001; PAIS, 2000; JOHNSON *et al*, 1998; HART, 1997). Como notamos em nossa pesquisa, a participação sempre ocorre dentro de um contexto histórico que oferece diferentes oportunidades, formas e temas que a possibilitam e a provocam. Ao mesmo tempo cada contexto histórico oferece desafios a participação, alguns muito evidentes como os vividos durante os anos de regime militar no Brasil. A “presentificação” (ou o “imediatismo”), marco dos tempos atuais gerado devido a uma cultura que valoriza a gratificação imediata através do consumo, também impõe desafios para a participação voltada a projetos coletivos de futuro. Como relatamos aqui, para muitos pesquisadores, como também para o senso comum os jovens de hoje são mais individualistas e apáticos do que a juventude do passado.

Nessa pesquisa buscamos problematizar essa perspectiva simples. Sim, o capitalismo avançado e a difusão de uma cultura consumista e individualista oferecem um grande desafio para todas as gerações. No tocante a geração mais jovem identificamos como uma “nova cultura da trabalhadeira” apresenta pressões e ansiedades que podem restringir as possibilidades para a participação. Mas ao mesmo tempo, notamos a importância de mudar o olhar no sentido de não só enxergar a participação em formas e espaços formais.

Como percebemos aqui, existem novas formas de pensar a política, como os novos movimentos sociais enfocando o feminismo, a diversidade sexual, a ecologia, a luta pela terra; e também novas formas de resistência cultural, como o que denominamos aqui como uma cultura D.I.Y.

A participação em iniciativas com visões sobre justiça social, da cidadania e direitos humanos traz o potencial de ser um antídoto à tendência individualista que marca o tempo atual, de um capitalismo avançado. Implícita ou explicitamente

todos os projetos, iniciativas e movimentos sociais trabalham com uma certa concepção de cidadania. Mas, como identificamos em nossa pesquisa existem noções diferentes de cidadania, cada uma refletindo visões diferentes sobre a juventude. Nesse sentido é sempre importante perguntar “participar para quê?”, “empoderar para quê?”. Para que o jovem ingresse no mercado de trabalho? Para que ele ou ela não entre no tráfico? Para que possa experimentar, descobrir seus potenciais? Para que seja um ser crítico e solidário, capaz de intervir e provocar mudanças em sua sociedade? Essa última definição se aproxima a uma corrente recente de debates em torno da cidadania.

Uma boa definição analítica da cidadania é oferecida por Ana Maria Quiroga:

Ser cidadão no mundo contemporâneo significa, em termos substantivos, pertencer a uma coletividade organizada segundo determinadas crenças, normas e procedimentos que coordenam a ação comum e as ações individuais para afrontar problemas e conflitos, que dizem respeito ao espaço e à esfera coletiva (THIEBAUT, 1998). Ser cidadão é, portanto, pertencer e sustentar, mesmo criticamente, essas crenças e normas e, também, modificá-las e alterá-las uma vez que o pertencimento cidadão não é passivo. Pelo contrário, a cidadania implica numa postura ativa onde a participação ‘naquilo que é feito’ marca o processo de construção do cidadão: ‘O cidadão se faz, fazendo sua cidade’ (QUIROGA, 2002, p. 177).

Como Quiroga (2002) identifica, o cidadão precisa criticamente sustentar a cidadania. As formas de participar aqui classificadas, idealmente, podem ser uma importante contribuição para que os jovens caminhem nessa direção. Os recentes debates sobre cidadania nos tempos atuais a consideram não só como um status perante o Estado, mas também algo intrinsecamente ligado às várias lutas sociais e políticas para o reconhecimento e a redistribuição de recursos (ISIN e TURNER, 2002). Lutas baseadas na identidade e diferença (sexual, de gênero, “étnica”, “racial”, de emigrantes, ecologia, dentre outras) são então maneiras de articular reivindicações para a cidadania, não só pelo status legal que representa, mas pelo reconhecimento e redistribuição de recursos políticos, sociais e econômicos (ISIN e TURNER, 2002, p. 21).

Assim para Turner, a cidadania pode ser definida como: “Um agrupamento de práticas (jurídicas, políticas, econômicas, culturais) que define uma pessoa como um membro competente da sociedade, e que por consequência influencia o fluxo de recursos para pessoas e grupos sociais” (TURNER, 1994, p. 2).

Como um agrupamento de práticas, a cidadania então é um processo em construção e reconstrução, mudando historicamente por consequência de lutas políticas. Essa definição coloca o conceito dentro do campo de debates sobre a desigualdade, diferenciais de poder e classe social, pois está inevitavelmente ligado ao problema da distribuição desigual de recursos na sociedade.

Se de fato nos encontramos em uma sociedade que promove certos valores consumistas e individualistas em contraste com a solidariedade, com outras formas de viver e se relacionar e com o pensamento no coletivo, precisamos encorajar as ilhas de resistência contra essa correnteza, incluindo também os grupos formados por jovens, sejam esses formais ou informais. Como observamos em alguns casos existe uma certa “solidão” identificada em alguns grupos e indivíduos, motivada pelo fato de não encontrarem, fora do contexto do próprio grupo, outros (sejam estes amigos ou não) que compartilhem os mesmos valores:

Porque às vezes a gente se sente desmotivado de estar nesse caminho porque a gente encontra colegas nossos que têm uma visão...

- Totalmente diferente.
- No escuro, não enxerga nada.
- Bem diferente da nossa que a gente está aprendendo agora, aí parece que...
- A gente está sozinho.
- É, dá um medo de querer continuar naquilo e as pessoas não te apoiarem.

[Jovens - Jornal Juvenil Brasil]

O sentimento de “estar sozinho” e não se sentir “apoiado” está ligado, como identificamos, a falta de espaços e oportunidades para o encontro, onde os jovens possam trocar e refletir em conjunto sobre a sociedade em que estão inseridos, e sobre como se posicionar frente a ela. Nesse sentido apontamos a importância de entender melhor esses espaços “informais” de participação juvenil e suas dinâmicas.

Embora nossa perspectiva tenha sido desde o início buscar outras formas de participação praticadas por jovens, notamos que tanto o nosso olhar quanto os relatos dos entrevistados, muitas vezes se voltaram para uma perspectiva ‘formal’ da participação – o projeto social, o grupo cultural, a ONG e o movimento social. Dessa forma, apontamos para uma limitação de nossa pesquisa, que nos levou a nos aproximarmos apenas de jovens que já faziam parte de coletivos bem definidos e reconhecidos como tais. Um exercício mais complexo seria reunir jovens que não necessariamente se incluem em tal perfil (que representa de fato a maioria) para

verificar suas formas e espaços de participação, como por exemplo, a atuação em ações pontuais como a organização de eventos, em passeatas, doações, entre outros. Esse é um desafio que faz parte de um projeto mais amplo, que é o de como entender o ‘político’ nos tempos atuais onde, como os Novos Movimentos Sociais nos apontam, “o pessoal também é político”.

A respeito das relações de poder e como estas agem em nosso dia a dia, os insights de Guattari e Rolnik (2005) e Foucault (1991) são importantes. Para esses autores não existe uma oposição ou contradição entre a reprodução de diferenças sociais e de relações de poder no nível macro (ou molar como denomina Guattari) – categorias de classe, gênero, etnia, etc – e no nível micro – o dia a dia, o interpessoal, o familiar (ou o molecular). Assim como na física quântica, a matéria é corpuscular e ondulatória, as lutas sociais são, ao mesmo tempo, molares e moleculares, micro e macro (GUATTARI, 2005, p. 153). Pois como argumenta o autor: “a questão micropolítica é a de como reproduzimos (ou não) os modos de subjetivação dominantes” (GUATTARI, 2005, p. 155).

A participação ou os projetos e iniciativas ditos “participativos”, passam por esses conflitos do dia a dia, como também reproduzem relações de poder em seu cotidiano: o modo como os jovens são mobilizados, como participam do planejamento e gerenciamento do projeto e da elaboração de suas ideias. Não queremos propor nenhum modelo de participação, pois não acreditamos que ele exista. Mas acreditamos, como Bordenave (2004), que a participação “pode ser aprendida e aperfeiçoada pela prática e reflexão”. Como diz este autor: “Parece que só se aprende a participar, participando” (BORDENAVE, 2004, p. 74).

A qualidade da participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade; a refletir; a superar contradições reais ou aparentes; a identificar premissas subjacentes; a antecipar consequências; a entender novos significados das palavras; a distinguir efeitos das causas, observações de inferências e fatos de julgamentos. A qualidade da participação aumenta também quando as pessoas aprendem a manejar conflitos; clarificar sentimentos e comportamentos; tolerar divergências; respeitar opiniões; adiar gratificações. A qualidade é incrementada quando as pessoas aprendem a organizar e coordenar encontros, assembleias e reuniões; a formar comissões de trabalho; pesquisar problemas; elaborar relatórios; usar meios e técnicas de comunicação (BORDENAVE, 2004, p. 73).

Esses aspectos da participação são cruciais. Aqui somamos outros que encontramos em nossa pesquisa. A qualidade da participação se eleva quando as pessoas se sentem valorizadas, quando seu esforço e atuação são reconhe-

cidos, quando elas se sentem capazes de fazer, de transformar o mundo e as relações que as cercam. A qualidade aumenta quando as pessoas sentem sua participação e os objetivos e valores do coletivo ao qual pertencem como repletos de significado, como profundamente gratificantes.

### Referências bibliográficas

ABRAMO, H. *Condição juvenil no Brasil Contemporâneo*. In ABRAMO e BRANCO (org.). Retratos da Juventude Brasileira. Brasília: Venturi, 2005.

ALVIM, R. *Olhares sobre a juventude*. In NOVAES, R. PORTO, M. e HENRIQUES, R. (org.) Juventude, cultura e cidadania. Rio de Janeiro: ISER, 2002.

BALARDINI, S. *¿Qué hay de nuevo, viejo?* Una mirada sobre los cambios en la participación política juvenil. Santiago de Chile: Revista de la CEPAL, n 86, 2005.

BORDENAVE, J. *O que é participação?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1995.

COLES, B. *Youth and social policy: youth citizenship and young careers*. London: UCL Press, 1995.

COOKE, B.; KOTHARI, U. (Eds.) *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books, 2004.

CLEAVER, Frances. *Institutions, agency and the limitations of participatory approaches to development*, in COOKE, B. and KOTHARI, U. (Eds.) *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books, 2004.

DUNCOMBE, S. *Cultural resistance reader*. London: Verso, 2002.

FERNANDES, B. M. *MST: movimento dos trabalhadores rurais sem terra: formação e territorialização em São Paulo*. Hucitec: São Paulo, 1999.

FLEKKOY, M. G.; KAUFMAN, N. H. *The participation rights of the child: rights and responsibilities in family and society*. London: Jessica Kingsley Publishers, 1997.

FOUCAULT, M. *Discipline and punish: the birth of the prison*. London: Penguin Press, 1991.

FREIRE, P. *Pedagogy of the oppressed*. London: Penguin Press, 1993 [1970]

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 2005.

HART, R. *Children's participation: the theory and practice of involving young citizens in community development and environmental care*. London: Earthscan, 1997.

HEIKO H.; RODERICK S. *Participation as spiritual duty*. Empowerment as secular subjection. In COOKE, B. and KOTHARI, U. (Eds.) *Participation: the new tyranny?* London: Zed Books, 2004.

ISIN, E.; TURNER, Bryan. (Eds.) *Handbook of citizenship rights*. London: Sage, 2002.

JOHNSON, V., IVAN-SMITH, E., GORDON, G., PRIDMORE, P.; SCOTT, P. *Stepping forward: children and young people's participation in the development process*. London: Intermediate Technology Publications, 1998.

LACLAU, E.; MOUFFE, C. *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democratic politics*. London: Verso, 1985.

NOVAES, R.; MELLO, C. C. *Jovens do Rio: circuitos, crenças e acessos*. Comunicações do Rio de Janeiro: ISER, Número 5, 2002.

\_\_\_\_\_.; VITAL, C. *A juventude de hoje: (re)invenções da participação social*. In ANDRÉS A. THOMPSON (org.) *Associando-se à juventude para construir o futuro*. São Paulo: Editora Petrópolis, 2006.

PAIS, J. M. *Transitions and youth cultures: forms and performances*. International Social Science Journal. UNESCO, 2000.

QUIROGA, A. M. *A cidadania como indicador social*. In NOVAES, R., PORTO, M. e HENRIQUES, R. (org.) *Juventude, cultura e cidadania*. Rio de Janeiro: ISER, 2002.

RAHNEMA, M. *Participation*. In SACHS, W. (ed.) *The development dictionary: a guide to knowledge as power*. London: Zed Books, 1992.

RAJANI, R. (UNICEF). *The participation rights of adolescents: a strategic approach*. New York: United Nations Children's Fund, Working Paper Series Programme Division New York, 2001.

REIS FILHO, D. A. *1968: a paixão de uma utopia*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988.

SADER, E. *A vingança da História*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

SOUZA, J. T. P. *Reinvenções da utopia: a militância política de jovens dos anos 90*. São Paulo: Hacker, 1999.

UNICEF. *The state of the world's children*. New York: UNICEF, 2003.

VENTURA, Z. *Cidade partida*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

## Notas

- 1 O presente artigo foi apresentado durante o II Seminário Internacional Crianças e Adolescentes: Participação Cidadã, Políticas Públicas e Novos Paradigmas, durante os dias 13 e 15 de abril de 2010. O evento foi promovido pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI), em convênio com a PUC-Rio, e pelo Centre for Research on Families and Relationships, Universidade de Edimburgo, Escócia. O seminário foi organizado com o apoio da FAPERJ, Rio de Janeiro, Brasil e Leverhulme Trust, Reino Unido.
- 2 Professor de Antropologia Social da Universidade de Bristol, Reino Unido e pesquisador associado ao Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI, em convênio com a PUC-Rio), Brasil. E-mail: Udi.Butler@bristol.ac.uk; udibutler@hotmail.com
- 3 Psicólogo; pesquisador do CIESPI (Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância, em convênio com a PUC-Rio, Brasil). E-mail: princeswal@ig.com.br
- 4 O estudo foi desenvolvido pelo Centro Internacional de Estudos e Pesquisas sobre a Infância (CIESPI) em convênio com o Programa de Pesquisa Ação Não Governamental na Esfera Pública, situado no Center for Civil Society da London School of Economics. A pesquisa ocorreu entre maio de 2005 e abril de 2007.
- 5 O desenvolvimento socioeconômico, ou desenvolvimento social, termos mais comuns em países do 'Norte', se refere a um ideal onde a sociedade atinge índices de desenvolvimento econômico que podem sustentar uma boa qualidade de vida para seus membros. Ao mesmo tempo o modelo de tal sociedade são os países Europeus e Norte Americanos. Nestes países, desde o começo da Guerra Fria, houve o surgimento de uma indústria do desenvolvimento social, devido a uma preocupação com a proliferação do comunismo no 'Terceiro Mundo'. Essa indústria, que envolve agências do governo (como a DFID no Reino Unido ou a USAID nos EUA) como também um grande setor da sociedade civil (como a Oxfam, Save the Children) e agências multilaterais, hoje em dia se concentra no combate a pobreza através de várias iniciativas e projetos em países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o 'discurso' do desenvolvimento social (seus modelos, suas práticas, seus peritos), também é 'absorvido' pelas próprias práticas dos países em desenvolvimento, por projetos governamentais e não-governamentais, que também são financiados por recursos do exterior.
- 6 Entendemos a esfera pública como o espaço de ações coletivas, fora do meio familiar, para fins públicos e privados.
- 7 Termo cunhado por Zuenir Ventura (2002).
- 8 Sader (2004) aponta que a vinda da família real marcou profundamente o processo de independência política brasileira, ao estabelecer "um pacto entre as elites". Diferentemente das colônias espanholas, que lutaram por um regime republicano, aproveitando o enfraquecimento de sua metrópole envolvida na guerra contra a invasão napoleônica, no Brasil, o pacto entre as elites possibilitou a instauração de uma monarquia, adiando o fim da escravidão. Este processo retardou a formação da esquerda no Brasil, principalmente se compararmos com os nossos vizinhos sul-americanos, como o Uruguai, o Chile e a Argentina.

- 9 Podemos supor que desde o momento em que houve movimentos de resistência ao poder instituído em nosso território, houve também a participação de jovens. Há, porém, uma falta de estudos que abordem a atuação do jovem nas lutas, deste período.
- 10 Podemos destacar neste período os sindicatos; as lutas no campo, em especial, as Ligas Camponesas; setores progressistas da Igreja Católica, entre outros.
- 11 Ato Institucional Número Cinco, ou AI-5 foi um instrumento que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira e maior consequência foi o fechamento por quase um ano do Congresso Nacional. O AI-5 representou o auge da radicalização do Regime Militar de 1964 e inaugurou o período onde as liberdades individuais foram ainda mais restringidas e desrespeitadas no Brasil. É o movimento final de “legalização” da arbitrariedade que pavimentou uma escalada de torturas e assassinatos contra opositores reais e imaginários ao regime. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ato\\_Institucional\\_N%C3%BAmero\\_Cinco](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ato_Institucional_N%C3%BAmero_Cinco).
- 12 Apesar disso, observamos o crescimento do voto jovem nas recentes eleições no Brasil onde, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral houve um aumento de 39.3% entre os jovens de 16 a 17 anos que tiraram o título de eleitor.
- 13 Cabe ressaltar que é possível haver outros movimentos que aglutinavam a participação de jovens de outras classes sociais durante este período, mas o foco principal de análise pelos estudiosos concentra-se, principalmente, no Movimento estudantil.
- 14 Raves são festas de música eletrônica, que originalmente no fim dos anos 80, aconteciam em países como o Reino Unido ilegalmente, ao ar livre ou em casas abandonadas.
- 15 Dois fatores despontam como possíveis responsáveis pela redução dos jovens no mercado de trabalho, a saber: o aumento do desemprego e a permanência na escola.
- 16 Em alguns países (por exemplo, no Reino Unido), existe agora uma indústria para tentar dar conta dessa demanda de jovens querendo fazer algo: por exemplo, há maior número de ofertas em projetos sociais ou de preservação ambiental para os jovens que se encontram no período entre o final da escola e o começo da faculdade. Em alguns desses casos, os jovens acabam tendo até que pagar para serem voluntários.

Recebido em novembro de 2011, aceito para publicação em fevereiro de 2012.